

Controvérsias sobre profissionalização e desenvolvimento na agricultura: o caso da produção de leite no Rio Grande do Sul

*David Basso**
*Benedito Silva Neto***

Para muitos analistas do desenvolvimento agropecuário, existe apenas um caminho para os agricultores permanecerem na atividade agropecuária em tempos de mercados globalizados, e tal caminho passa pela competitividade, pela eficiência, pela profissionalização, por maiores escalas de produção. Por detrás desses requisitos, escondem-se velhos argumentos dos defensores das teorias da modernização, ou seja: tudo continua passando pela receita do produtivismo a qualquer preço. O agricultor moderno e eficiente é aquele que consome maior quantidade de insumos industriais e que obtém os maiores rendimentos físicos de suas culturas e criações, pouco importando o impacto ambiental e sócio-econômico de tais práticas e se elas efetivamente contribuem para melhorar o nível de renda dos agricultores.

Será que, com tantos anos na atividade, os agricultores não sabem produzir? Será por falta de formação que os agricultores — ou a maioria deles — não conseguem produzir mais do que 50 ou 100 litros de leite por dia? Considerando-se a diferenciação existente entre os agricultores e entre as várias regiões produtoras, podem-se imaginar modelos únicos de produção para culturas e criações?

É desse tipo de questões que se pretende tratar neste artigo, tendo como referência a produção leiteira no Rio Grande do Sul.

* Professor, Mestre do Departamento de Economia e Contabilidade da Unijuí, Pesquisador do programa de pesquisa Sistemas Agrários e Desenvolvimento.

** Professor, Doutor do Departamento de Estudos Agrários da Unijuí, Coordenador do programa de pesquisa Sistemas Agrários e Desenvolvimento.

1 - A estratificação da produção leiteira no Rio Grande do Sul

Segundo dados da Associação Gaúcha de Laticínios (AGL), a produção leiteira no Estado, em 1997, foi de aproximadamente 1,2 trilhão de litros e envolveu a participação de cerca de 85 mil unidades de produção. Isso significa uma média de 40 litros de leite entregues à indústria por unidade de produção. É claro que essa média encobre uma grande diferenciação existente entre os produtores de leite. Apesar das informações estáticas de um ano apenas, a Tabela 1 evidencia que um número muito grande dos produtores contribui com uma parcela relativamente pequena no volume total produzido. Percebe-se, por outro lado, que um volume significativo da produção é entregue por um pequeno número de produtores.

É sem dúvida preocupante perceber que praticamente a metade dos produtores — isso significa mais de 40 mil famílias — entrega, em média, menos de 30 litros de leite por dia, representando em torno de 15% da produção total. Enquanto isso, os que entregam mais de 80 litros diários representam em torno de 15% dos produtores e respondem por aproximadamente a metade do volume da produção recebida pela indústria.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado alerta que cerca de 50 mil produtores de leite poderão abandonar a atividade, alegando principalmente os baixos preços pagos pelo produto. Isso significaria a manutenção de cerca de 40% dos atuais produtores. Por outro lado, as cooperativas, certamente estimuladas pela indústria de laticínios, projetam uma redução no número de produtores de leite a cada ano, mesmo trabalhando com uma expectativa de aumento expressivo na produção.¹

Se se imaginar uma entrega mínima de 100 litros diários e uma produção média em torno de 150 litros, a produção atual poderia ser atendida por aproximadamente um quarto dos atuais produtores.

Se, para ser eficiente e competitivo, o agricultor tiver que alcançar um rendimento médio de 20 litros/vaca/dia, o volume atual de leite recebido pelas indústrias poderia ser garantido por pouco mais de 10 mil produtores (em torno de 12% dos atuais produtores de leite), com um plantel médio de 15 vacas em lactação.

Existem também propostas defendidas por empresas fornecedoras de equipamentos para ordenha e empresas receptoras de leite que prevêm plantéis

¹ Informações publicadas em **Zero Hora** (1998, p.5).

mínimos de 50 vacas em lactação e animais com genética para elevadas produções.² Nessas condições, seriam necessários menos de 5% dos atuais produtores de leite para garantir o volume atual produzido no Estado.

Por sua vez, as principais empresas lácteas que atuam no recebimento de leite no Estado adotam uma política que estimula a concentração da produção num número cada vez menor de produtores. Sua política de preços, por exemplo, beneficia os produtores que entregam maiores volumes de produção. Quem entrega mais recebe mais, e quem entrega menos recebe menos pelo litro de leite.³

Pelos pontos de vista apresentados acima, parece que não tem jeito mesmo: boa parte, senão a maioria, dos atuais produtores de leite deverá abandonar a atividade num futuro próximo. É sem dúvida muito mais fácil justificar a supremacia da economia de escala do que estudar e propor modelos alternativos de desenvolvimento com base em níveis de produção mais modestos ou de escala mínima, que possam viabilizar, técnica e economicamente, senão todos, pelo menos uma boa parcela dos atuais agricultores, melhorando ou reorientando seus atuais sistemas de produção.

Por ser uma das atividades que agrega um bom nível de renda por unidade de área (SILVA NETO *et al.*, 1997a; 1998) e por ter um efetivo potencial de mercado, a produção de leite é seguramente indicada para as explorações agrícolas de menores dimensões, que, pela sua estrutura, dependem de atividades mais intensivas para assegurar níveis mínimos de renda para garantir sua reprodução.

Para a indústria de laticínios, entretanto, profissionalização, eficiência, produtividade e economia de escala são irreversíveis e palavras de ordem. Qual o verdadeiro sentido dessas palavras de ordem? Com que critérios se pode enquadrar um produtor como profissional, eficiente, produtivo e outro como não profissional, ineficiente, improdutivo?

² Na região de Santo Augusto, por exemplo, existe uma proposta nesse sentido liderada pelas empresas Alfa-Laval e Parmalat, com o envolvimento do poder público municipal.

³ Em maio, a política de preços da Elegê Alimentos, responsável por 50% da compra de leite no Estado, beneficiava os produtores com entrega acima de 650 litros diários, com um preço de R\$ 0,29 por litro, enquanto para os produtores com entrega diária menor do que 30 litros, o preço chegava próximo a R\$ 0,20 por litro (Z.H., 1998, p.6). Se não é a empresa compradora que assume o ônus da entrega (frete), nem tampouco da qualidade do leite, já que tudo é descontado do produtor, o que justifica tal política diferenciada da indústria em prejuízo dos agricultores que possuem as piores condições de produção?

Tabela 1

Estratificação da produção leiteira no Rio Grande do Sul -- 1997

ESTRATOS	PRODUTORES			PRODUÇÃO		
	Numero	Percentual	% Acumulado	Litros/Ano	Percentual	% Acumulado
De 0 a 10 <i>l</i> /dia	9 667	11,41	11,41	18 246 584	1,49	1,49
De 11 a 20 <i>l</i> /dia	17 835	21,05	32,46	76 047 846	6,21	7,70
De 21 a 30 <i>l</i> /dia	14 107	16,65	49,11	99 070 382	8,09	15,79
De 31 a 40 <i>l</i> /dia	9 838	11,61	60,72	96 498 716	7,88	23,67
De 41 a 50 <i>l</i> /dia	7 101	8,38	69,10	89 640 939	7,32	30,99
De 51 a 60 <i>l</i> /dia	5 321	6,28	75,38	81 925 594	6,69	37,68
De 61 a 70 <i>l</i> /dia	4 067	4,80	80,18	74 088 482	6,05	43,73
De 71 a 80 <i>l</i> /dia	3 034	3,58	83,76	64 536 578	5,27	49,00
De 81 a 90 <i>l</i> /dia	2 194	2,59	86,35	52 902 849	4,32	53,32
De 91 a 100 <i>l</i> /dia	1 923	2,27	88,62	51 555 786	4,21	57,53
De 101 a 150 <i>l</i> /dia	5 388	6,36	94,98	182 711 231	14,92	72,45
De 151 a 200 <i>l</i> /dia	1 974	2,33	97,31	95 396 573	7,79	80,24
De 201 a 250 <i>l</i> /dia	864	1,02	98,33	56 454 198	4,61	84,85
De 251 a 300 <i>l</i> /dia	355	0,42	98,75	29 757 859	2,43	87,28
De 301 a 500 <i>l</i> /dia	763	0,90	99,65	74 333 402	6,07	93,35
De 501 a 650 <i>l</i> /dia	127	0,15	99,80	20 083 489	1,64	94,99
Mais de 650 <i>l</i> /dia	169	0,20	100,00	61 352 616	5,01	100,00
TOTAL	84 727	100,00	-	1 224 603 124	100,00	-

FONTE: ZERO HORA (1998) Porto Alegre, p.6, 22 maio, Cad. Campo & Lavoura.

2 - O fetiche da profissionalização

Pode-se ter razões para supor que, por trás desse tipo de palavra de ordem, escondem-se, por um lado, preconceitos contra pequenos agricultores familiares e, por outro, privilégios a tipos de agricultores mais capitalizados, que dispõem de fatores de produção mais abundantes e, por consequência, são mais sensíveis a determinados pacotes tecnológicos.

São inúmeras as situações nas quais se explicitam tais preconceitos. Em recente matéria sobre a atividade leiteira no Rio Grande do Sul⁴, duas situações são colocadas para diferenciar os produtores profissionais e os não profissionais. A primeira situação mostra um produtor que, com uma área de 130 hectares e um plantel de 74 vacas holandesas em lactação, produz em média 1.800 litros por dia, com uma média diária de 25 litros por vaca; tem sala de ordenha em alvenaria, seis conjuntos de ordenha mecânica, ensiladeira; além do leite, tem uma boa produção de grãos comerciais, contando com mecanização completa e em torno de quatro unidades de trabalho familiares. A segunda situação evidencia um produtor com uma área de oito hectares, com estábulo de madeira e ordenha manual, contando apenas com a mão-de-obra familiar do casal, dispondo de um plantel de cinco vacas em lactação (quatro jersey e uma holandesa) e consegue produzir uma média de 88 litros diários; pela pequena área de terra de que dispõe, a unidade de produção depende quase exclusivamente do leite para garantir a sobrevivência. A primeira situação é tomada como exemplo de profissionalização, enquanto a segunda é tomada como exemplo de não profissionalização do agricultor.

Pelas severas restrições que enfrenta em termos de área e meios de produção, confrontadas com os rendimentos que consegue alcançar, ter-se-ia como afirmar que um produtor, nas condições da segunda situação apresentada acima, não poderia ser considerado um bom profissional? Por acaso estaria faltando formação para que esse casal pudesse ser enquadrado como produtor de leite? Com uma média diária de 17 litros de leite por vaca⁵, numa área menor que 10 hectares, não se poderia tomar o exemplo dessa unidade de produção para exaltar a eficiência e a viabilidade de um programa de garantia de abastecimento de leite às empresas de laticínios com base no estabelecimento de escalas mínimas de produção?

É importante destacar que o prêmio que a indústria oferece ao produtor já capitalizado, que tem um custo por litro produzido equivalente a R\$ 0,14 e que pretende entregar 2.000 litros diários, utilizando-se da mão-de-obra de três filhos trabalhando diretamente na atividade, é um preço de R\$ 0,29 por litro. Para o pequeno produtor, que consegue uma produção diária de 17 litros de leite por

⁴ Esses dois exemplos são citados em **Zero Hora** (1998, p.8), para evidenciar diferentes níveis de profissionalização dos produtores.

⁵ É bom lembrar que esses índices de produção são significativamente superiores à média do Estado, que está em torno de seis a sete litros de leite por vaca ao dia.

vaca e que sonha entregar 100 litros de leite por dia, o preço pago pela indústria é de R\$ 0,21 por litro. "Dizem que os pequenos vão desaparecer, mas eu só sei fazer isso", diz a produtora dessa pequena unidade de produção. Para a indústria e para um grande número de técnicos, esse tipo de unidade de produção simboliza a ineficiência e a falta de profissionalismo e, em função disso, está condenada a abandonar a atividade e deixar o espaço da produção agrícola para os mais "competentes".

O que poderia justificar essa política diferenciada de preços que beneficia os grandes e desestimula os pequenos produtores? Por acaso, é a indústria que assume o ônus do transporte? Tudo o que afeta a qualidade do leite não é descontado do produtor? Os custos para equipar-se com resfriadores, ensiladeiras, etc. não são assumidos pelos produtores? A indústria afirma que, à medida que a escala de produção aumenta, o custo unitário do litro de leite diminui. Contrariamente, quanto menor a escala de produção, maior será o custo unitário do leite. Se é o agricultor que tem que suportar esse aumento de custo e não a indústria, por que ainda penalizá-lo com um preço menor?

Pode ser que a indústria decida pagar mais para quem entrega maiores quantidades de produto em função das facilidades e garantia no recebimento da matéria-prima. Via de regra, o produtor escolhe as atividades que lhe proporcionem maior nível de renda, associado a um menor esforço ou sacrifício. Ora, a atividade leiteira exige muito mais trabalho e com maior penosidade do que a produção de grãos. No momento em que a produção de leite não compensar esse esforço, o grande produtor, por dispor de áreas maiores e mecanização completa, tem facilidade para reorientar seu sistema de produção para outras atividades, menos exigentes em trabalho, apesar de apresentarem uma renda menor por unidade de área. Nesse caso, a maior escala em termos de superfície agrícola pode compensar a sua utilização em atividades menos intensivas em termos de resultado econômico por unidade. No fundo, esse tipo de agricultor não depende da produção de leite para se reproduzir economicamente na agricultura. A fidelidade do grande produtor, portanto, pode durar apenas enquanto o esforço despendido com a produção de leite for mais do que proporcionalmente compensado em termos de resultado econômico. Isso significa que, para a indústria manter essa fidelidade, terá que sempre pagar mais para esses produtores. No limite, esse tipo de política de preços diferenciados, beneficiando os maiores produtores, vai aumentar o custo da matéria-prima básica para a indústria.

Ao contrário, a produção de leite tem se mostrado uma das poucas alternativas de reprodução para os pequenos agricultores, que, em função de disporem de pouca terra, só conseguem subsistir desenvolvendo atividades razoavel-

mente intensivas em termos de rendimento econômico por unidade de área, apesar do esforço maior que estas normalmente exigem. Esse tipo de produtor, não por gostar mais da indústria ou da cooperativa, mas por necessidade mesmo, é que tende a ser mais fiel na produção e na entrega do produto.

O que ganha então a indústria privilegiando uma política de apoio aos grandes produtores? Ou então, o que perderia a indústria se adotasse uma política de recebimento de leite com base em pequenos e médios fornecedores? Que repercussões esses dois tipos de política de fomento teriam na dinâmica e na perspectiva do desenvolvimento de uma região?

3 - Propostas de desenvolvimento da atividade leiteira

A seguir, simulam-se propostas para aumentar em 50% a produção leiteira no Rio Grande do Sul, passando dos atuais 3,3 milhões para algo em torno de cinco milhões de litros diários entregues à indústria. Para garantir esse aumento na produção de leite, considerar-se-ão três possibilidades: (a) mantendo os atuais produtores, (b) concentrando a produção com a eliminação massiva de produtores e (c) procurando manter o maior número possível de produtores, mas elevando as quantidades mínimas de entrega diária.

3.1 - Proposta de fomento à produção de leite com a manutenção dos atuais produtores

Nessa simulação, o número atual de produtores seria o mesmo, ou seja, aproximadamente 85.000 unidades de produção permaneceriam produzindo leite para fins comerciais. Como se pode observar na Tabela 2, o aumento global do volume produzido seria garantido com o aumento proporcional de cada um dos diferentes estratos de produtores.

Essa proposta manteria a diferenciação existente atualmente entre os produtores de leite no Estado. O aumento de 50% na produção atual seria garantida por 100% dos atuais produtores envolvidos na produção e na entrega de leite ao segmento industrial.

Continuar-se-ia tendo um grande número de produtores entregando um volume relativamente baixo de produto e um volume significativo da produção sendo entregue por um percentual relativamente baixo de produtores. No caso, em torno de 70% dos produtores continuariam entregando menos de 50 litros de

leite por dia. De outro lado, pouco mais de 10% dos produtores, entregando em média mais de 100 litros por dia, seriam responsáveis por aproximadamente 50% da produção. A venda média geral, que atualmente gira em torno de 40 litros diários, passaria, pela proposta, para aproximadamente 60 litros diários.

Tabela 2

Relação entre número de produtores e produção de leite no Estado do Rio Grande do Sul, considerando-se uma proposta de aumento da produção leiteira, com a manutenção dos atuais produtores

ESTRATOS	PRODUTORES		PRODUÇÃO DIÁRIA		
	Número	%	Por Estrato	%	Por Produtor
Menos de 10 ℓ/dia	9 667	11,4	60 530	1,2	6
De 10 a 29 ℓ/dia	31 942	37,7	719 664	14,3	23
De 30 a 49 ℓ/dia	16 939	20,0	764 958	15,2	45
De 50 a 99 ℓ/dia	16 539	19,5	1 335 654	26,6	81
De 100 a 249 ℓ/dia	8 226	9,7	1 374 912	27,4	167
De 250 a 499 ℓ/dia	1 118	1,3	427 773	8,5	383
Mais de 500 ℓ/dia	296	0,3	334 670	6,7	1 131
TOTAL	84 727	100,0	5 018 160	100,0	59

FONTE: Tabela 1.

Certamente, uma proposta dessas teria muitas dificuldades para ser sustentada, considerando-se que, por melhor que possa ser um plano de desenvolvimento agropecuário, dificilmente seria possível reverter por completo um quadro tendencial de êxodo rural. Sabe-se, igualmente, que nem todos os tipos de agricultores teriam condições de incrementar a produção de leite, seja por questões estruturais que afetam os seus sistemas de produção, como, por exemplo, questões relacionadas à qualidade da terra, disponibilidade de mão-de-obra, capacidade de melhorar ou ampliar o rebanho leiteiro, seja até por questões relacionadas à penosidade do trabalho. Por isso, a ampliação da produção de leite no Estado deve ser também avaliada a partir das alternativas analisadas a seguir.

3.2 - Proposta de fomento à produção de leite com o aumento da escala de produção e a eliminação massiva de produtores

Nessa simulação, o aumento da produção de leite no Estado seria garantido através do estímulo aos grandes produtores, que é, diga-se de passagem, a proposta básica da indústria de laticínios e incorporada pela grande maioria do corpo técnico que atua na área de fomento e assistência técnica. O pressuposto, nesse caso, é que nenhum produtor entregaria menos do que 100 litros diários, e os produtores tomados como referência são aqueles que possuem rebanhos acima de 30 vacas em lactação, com animais produzindo, em média, acima de 20 litros ao dia. O impacto de uma política nessas bases pode ser visualizado nas informações constantes na Tabela 3.

Tabela 3

Relação entre número de produtores e produção de leite no Estado do Rio Grande do Sul, considerando-se uma proposta de aumento da produção leiteira, com o aumento da escala de produção e a redução drástica de produtores

ESTRATOS	PRODUTORES		PRODUÇÃO DIÁRIA		
	Número	%	Por Estrato	%	Por Produtor
De 100 a 249 ℓ/dia	24 678	84,5	2 961 360	59,0	120
De 250 a 499 ℓ/dia	3 354	11,5	905 580	18,0	270
De 500 a 999 ℓ/dia	888	3,0	668 220	13,3	753
Mais de 1 000 ℓ/dia	300	1,0	483 000	9,6	1 610
TOTAL	29 220	100,0	5 018 160	100,0	172

FONTE: Tabela 1.

A primeira constatação é que a produção de leite no Estado poderia ser aumentada em 50% em relação à produção atual, com a eliminação de cerca de dois terços dos atuais produtores. Ou seja, 33% dos agricultores que hoje entregam leite à indústria conseguiriam produzir um volume médio de cinco milhões de litros diários. Para se ter uma idéia da tendência à concentração da produção, quase a metade desse volume de produção seria garantida por apenas 5% dos atuais produtores de leite. A venda média geral, que atualmente gira

em torno de 40 litros diários, com essa proposta, passaria para aproximadamente 170 litros diários.

Para um formulador de política de desenvolvimento, uma questão deveria preocupar frente ao quadro apontado nessa simulação, antes mesmo de avaliar o quanto seria boa a proposta para os agricultores que conseguissem se manter enquanto produtores de leite: o que propor para os dois terços que teriam que deixar de produzir e vender leite?

A produtividade física e até mesmo a produtividade econômica do trabalho aumentariam muito com a implementação desse tipo de proposta. Entretanto, se boa parte dos agricultores que deixarem de produzir leite não conseguirem incluir outra atividade no seu sistema de produção, será que a produtividade do trabalho para o conjunto da região ou do Estado não diminuiria? Nesse caso, não seria interessante se pensar numa proposta mais modesta, que buscasse, antes da produtividade máxima para alguns produtores, uma produtividade média do trabalho mais elevada para o seu conjunto?

3.3 - Proposta de fomento à produção de leite com o aumento de escalas mínimas de produção e a manutenção máxima possível de produtores

Nessa simulação, o aumento da produção de leite no Estado seria garantido através de programas de estímulo aos produtores que atualmente entregam em média menos de 50 litros por dia para a indústria. Como se pode visualizar na Tabela 1, esse público representa um universo que gira em torno de 70% dos atuais produtores de leite no Estado do Rio Grande do Sul. O pressuposto, nesse caso, é que nenhum produtor entregue menos do que 50 litros diários. Para tanto, imaginam-se unidades de produção com rebanhos leiteiros médios variando de cinco a 10 vacas em lactação, com animais produzindo em média entre 10 e 15 litros ao dia. Como se observa pela Tabela 4, uma política nessa direção poderia manter na atividade cerca de dois terços dos atuais produtores de leite no Estado. Um volume significativo da produção (próximo a 70%) seria garantido por agricultores com produções médias entre 50 e 100 litros diários. A venda média geral seria de aproximadamente 90 litros diários.

Pouco mais de 50% dos agricultores que hoje produzem menos de 50 litros de leite por dia poderiam permanecer na atividade. Mesmo com o estímulo aos pequenos produtores, em torno de 30 mil unidades de produção, que atualmente produzem menos de 30 litros por dia, teriam fortes restrições de fatores de produção e, principalmente, condições financeiras para aumentar a

sua escala de produção para patamares superiores a 50 litros diários. Só políticas especiais, dirigidas especialmente para esse público-alvo, poderiam evitar a exclusão desse tipo de agricultor do processo produtivo.⁶

Tabela 4

Relação entre número de produtores e produção de leite no Estado do Rio Grande do Sul, considerando-se uma proposta de aumento da produção leiteira, com o aumento das escalas mínimas de produção e a manutenção máxima possível de produtores

ESTRATO	PRODUTORES		PRODUÇÃO DIÁRIA		
	Número	%	Por Estrato	%	Por Produtor
Menos de 50 l/dia	0	0,0	0	0,0	0
De 50 a 79 l/dia	22 359	39,6	1 341 564	26,7	60
De 80 a 99 l/dia	23 435	41,5	2 050 528	40,9	87
De 100 a 249 l/dia	9 213	16,3	1 105 574	22,0	120
De 250 a 499 l/dia	1 118	2,0	301 860	6,0	270
Mais de 500 l/dia	296	0,5	218 600	4,4	739
TOTAL	56 421	100,0	5 018 126	100,0	89

FONTE: Tabela 1.

4 - Considerações finais

Está-se diante de uma situação realmente curiosa e preocupante. Se, de um lado, se tem um universo de defensores da agricultura familiar ou, então, dos pequenos agricultores, de outro, grande parte desses mesmos defensores não só acreditam, como tentam convencer de que só existe um caminho quando se trata de desenvolvimento da agricultura: o caminho da modernização, da eficiência técnica, da elevação constante dos índices de produtividade física das cultu-

⁶ Esse tipo de intervenção foge aos objetivos do presente texto. Isso não significa, entretanto, admitir, *a priori*, a inviabilidade técnica, econômica e financeira de projetos que possam garantir a reprodução de tais produtores.

ras e criações, do aumento das escalas de produção. No caso da produção de leite no Rio Grande do Sul, essa possibilidade de desenvolvimento estaria retratada, ainda que de forma razoavelmente conservadora⁷, pela proposta embasada no aumento da escala de produção, tendo como resultado uma drástica diminuição no número de produtores. Mesmo defensores de uma agricultura do tipo familiar justificam o apoio aos grandes empreendimentos em nome da eficiência e da profissionalização. Sustentam que somente os agricultores mais eficientes, os que se profissionalizarem, terão condições de se manter na atividade agrícola.

É fácil elaborar e implementar um plano de desenvolvimento com base no fomento voltado aos grandes produtores, projetando-se recebimentos médios diários superiores a 500 litros de leite por produtor ao dia: esse tipo de produtor tem poucas restrições de área para implantar pastagens, não tem problemas de instalações e equipamentos, não tem, em princípio, problemas de mão-de-obra, e seu poder aquisitivo permite-lhe acesso a animais de boa qualidade.

Já um plano de desenvolvimento orientado para a elevação da escala mínima dos pequenos produtores é muito mais complicado: existem limites sérios relacionados à quantidade e à qualidade de área agrícola, existem restrições consideráveis quanto às instalações e à disponibilidade de mão-de-obra e existe, também, um limite seríssimo de capacidade de investimento, por virem de um processo de descapitalização.

Apesar dessas dificuldades, seria importante que a tecnocracia responsável pelas normas e pelas orientações de políticas, seja nas diversas instâncias do aparelho do Estado, seja nas organizações privadas, pudesse acreditar na possibilidade teórica da existência de múltiplos caminhos para o desenvolvimento da agricultura e que utilizasse os seus conhecimentos para testar várias possibilidades de intervenção. Nossa pequena e recente incursão no campo da pesquisa na área de Sistemas Agrários e Desenvolvimento permite acreditar nessas possibilidades.⁸ Não existem, *a priori*, agricultores bons, eficientes e viáveis e outros que são inviáveis, da mesma forma que não existe a melhor forma de combinação de atividades. Tudo depende das circunstâncias.

⁷ Vale lembrar que as reportagens jornalísticas (TV, jornais, revistas, etc.) sobre a pecuária leiteira consideram como exemplos a serem seguidos as experiências de produtores que estão produzindo mais de 1.000 litros de leite por dia e rendimentos médios diários por vaca acima de 20 litros. Se nos apoiássemos nesta idéia de que este seria o único caminho a ser seguido, com menos de cinco mil produtores poderíamos alcançar os cinco milhões de litros diários previstos na nossa simulação. Isso significa que se poderia aumentar em 50% o volume da produção de leite no Estado, com apenas 5% dos atuais produtores de leite.

⁸ Ver, a respeito, Silva Neto *et al.* (1997a; 1997b; 1998).

Como as condições de produção e o nível de acumulação dos agricultores são distintos, também as propostas de desenvolvimento devem ser distintas. E tais propostas não podem ser buscadas pura e simplesmente nas tais experiências bem-sucedidas no País ou no Exterior. Uma proposta de desenvolvimento tem mais chance de ser exitosa, para os agricultores e para a sociedade, se ela partir das condições reais dos diferentes tipos de agricultores e de seus sistemas de produção. É com base nesses pressupostos que se fez a simulação de aumento da produção de leite no Estado, numa perspectiva de manter o maior número possível de agricultores envolvidos na atividade. Se essa é a perspectiva, não é possível nos maravilhar com os agricultores que conseguem produzir 1.000 ou 2.000 litros de leite por dia. Essa forma de organização da produção de leite é contrária a um objetivo de fixação do homem no campo ou de geração de emprego. Tem-se que considerar como ponto de partida situações de pequenos plantéis e sistemas forrageiros adequados a áreas agrícolas médias inferiores a 20 hectares. Nossa simulação mostra que é possível se definir uma estratégia de desenvolvimento que inclua um maior número de agricultores. A viabilidade dessa estratégia, entretanto, obriga a uma maior criatividade quanto ao padrão tecnológico e a uma maior modéstia quanto à escala de produção a privilegiar.

A indústria de laticínios, de forma alguma, seria afetada negativamente com uma estratégia de desenvolvimento que contemplasse a manutenção de escalas mínimas de produção. Pelo contrário, acredita-se que ela seria duplamente beneficiada. Primeiro, porque os pequenos e médios produtores seriam muito mais fiéis quanto à regularidade na oferta da matéria-prima básica da indústria: o leite. Por ser uma atividade que agrega maior valor por área do que a produção de soja, por exemplo, o leite é uma atividade que, apesar do trabalho e da penosidade, os agricultores que dispõem de pequenas áreas de terra fazem questão de incluir em seu sistema de produção.

O agricultor que dispõe de grandes áreas de terra somente manterá interesse na produção de leite enquanto os preços pagos pelo produto forem altos. Se o preço do leite cair, esse tipo de agricultor muito facilmente abandona a atividade e passa a investir em ganhos de produtividade na produção de grãos.

A segunda vantagem que a indústria poderia ter com uma estratégia de desenvolvimento da pecuária de leite com base em pequenos e médios produtores está ligada aos preços pagos aos produtores. Como se viu anteriormente a estratégia da indústria para estimular os grandes produtores é pagar mais por litro de leite em função de diferentes escalas de produção: quem entrega mais, ganha mais e vice-versa. A atual política de preços praticada pelas firmas da indústria de laticínios no Estado prevê o pagamento de R\$ 0,20 para pequenas

quantidades entregues até R\$ 0,29 para grandes volumes entregues. O preço médio pago atualmente pelo litro do leite é de aproximadamente R\$ 0,252.

Numa estratégia que visasse estimular os pequenos e os médios produtores, a indústria poderia adotar uma política de preço único. Se pagasse para qualquer tipo de produtor o que hoje paga como preço médio, ou seja, R\$ 0,252 por litro, considerando-se a produção média diária projetada de cinco milhões de litros, a indústria teria um desembolso diário médio de R\$ 1.260.000,00. Esse preço estimularia os pequenos produtores que atualmente recebem algo próximo a R\$ 0,20 por litro e, de certa forma, desestimularia os grandes produtores que, muito provavelmente, passariam a investir menos na atividade leiteira, voltando-se para atividades menos penosas e exigentes em trabalho principalmente.

Ao contrário, se a indústria continuasse a premiar os maiores produtores com preços mais elevados, na nossa proposta acima, que contempla esse tipo de política, com o aumento da escala de produção e a eliminação dos produtores que não conseguem produzir mais do que 100 litros por dia, o preço médio pago pela indústria poderia passar para algo em torno de R\$ 0,276 por litro. Nesse caso, para um recebimento médio diário de cinco milhões de litros, a indústria teria que desembolsar diariamente um montante próximo a R\$ 1.380.000,00. Qual seria a racionalidade da indústria em querer pagar mais caro pela sua matéria-prima, seguramente um dos seus principais itens de custo? Afinal, são aproximadamente R\$ 120.000,00 a mais que a indústria estaria pagando por dia. Em um ano, isso representa mais de R\$ 40.000.000,00.

Esse montante, de acordo com Silva Neto *et al.* (1997a; 1998), poderia financiar projetos de melhorias ou reconversão dos sistemas de produção de pelo menos cinco mil agricultores a cada ano. Com tais melhorias, esses agricultores poderiam passar a produzir 50 ou 100 litros de leite por dia, melhorando a sua performance perante a indústria e, principalmente, melhorando o nível de renda gerado pelo conjunto do seu sistema de produção. A atividade leiteira, não se têm dúvidas, cumpre um papel muito importante na elevação desses níveis de renda.

Esses recursos também poderiam financiar programas de assistência técnica, cujo custo poderia ser usado pela indústria de laticínios ou pelas empresas responsáveis mais diretamente pelo fomento junto aos agricultores como um argumento para justificar a estratégia de privilegiar os grandes produtores.

Por fim, cabe destacar a viabilidade dessa estratégia de desenvolvimento da produção de leite. Não se trata de mera utopia ou de projeto assistencialista, na medida em que as vantagens econômicas são evidentes.

Bibliografia

- SILVA NETO, Benedito et al. (1997a) **Estudo dos sistemas de produção agropecuários da região de Três de Maio/RS**. Ijuí : Ed. UNIJUÍ. (Relatórios de Pesquisa). 106p.
- SILVA NETO, Benedito et al. (1998). **Estudo da dinâmica e perspectivas da agricultura da região de Três Passos/RS**. Ijuí : ED. UNIJUÍ. (Relatórios de Pesquisa). 66p.
- SILVA NETO, Benedito; BASSO, David; LIMA, Arlindo P. (1997b). Teoria dos sistemas agrários: uma nova abordagem do desenvolvimento da agricultura. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.4, n.4, p.6-19, jan./dez.
- ZERO HORA (1998). Porto Alegre, 22 maio, Cad. Campo & Lavoura.